

O INGLÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA EM UMA ESCOLA DO CAMPO: UMA PERSPECTIVA INTERCULTURAL

Amarilson Gordiano de Oliveira¹

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo discutir os aspectos sociais, históricos e culturais que influenciam na relação dos sujeitos do campo com a língua inglesa. Para isso, são abordados conceitos de interculturalidade e opção descolonial e epistêmica, além de considerações acerca da Linguística Aplicada em uma perspectiva indisciplinar. Os resultados desse diálogo apontam para a necessidade de criticar a hegemonia urbana ocidentalista e colocar em pauta outras vozes, outros conhecimentos e outros modos de pensar a vida, a sociedade e a linguagem.

Palavras-chave: Escola do campo. Língua inglesa. Interculturalidade.

INTRODUÇÃO

Para que possamos pensar o ensino de Língua Inglesa na educação do campo é preciso partir de uma perspectiva intercultural, tendo em vista a relação e o diálogo entre culturas distintas. Neste sentido, as questões voltadas para a cultura e a interculturalidade no ensino de línguas têm sido discutidas por diferentes autores, como Corbett (2003) e Kramsch (1993). Tais autores defendem um ensino que esteja pautado na cultura do sujeito enquanto aprendiz e no contato/confronto desta com a cultura-alvo. Uma abordagem intercultural, neste sentido, nos levaria ao seguinte questionamento: a qual sujeito estamos ensinando outra língua? No entanto, entendo como fundamental colocar este sujeito no centro da questão, tirando o foco do ensino e, conseqüentemente, da abordagem em si, se pautando na relação desse sujeito com a língua estrangeira. Dessa forma, um questionamento mais adequado seria: qual sujeito está aprendendo uma outra língua?

Assim, a ideia aqui é pensar a interculturalidade em seu sentido mais amplo, externo à questão do ensino da LE, para que possamos primeiro entender as relações de poder envolvidas nas interações sociais, para depois pensarmos os sujeitos enquanto aprendizes de uma outra língua e como lidam com a linguagem na sala de aula. Então, a princípio, as discussões acerca da interculturalidade apresentadas por Catherine Walsh (2005) ajudam a refletir sobre as relações sociais, marcadas pela colonização do conhecimento e por um pensamento hegemônico que coloca à margem outros ideais de vida, de cultura, de política etc. O conceito discutido pela autora equatoriana, voltado para as relações de poder na América Latina, também se enquadra aqui na

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB). Linha de pesquisa: Letramentos, identidades e formação de professores. Orientadora: Profa. Dra. Maria Nazaré Mota de Lima. Endereço eletrônico: amarilson@outlook.com.

proposta de problematizar a relação dos sujeitos do campo com a língua inglesa, haja vista a posição do inglês como língua hegemônica e os processos de subjugação dos povos do campo em detrimento a um ideal urbanocêntrico de cultura.

Sob outro ponto de vista, tendo a linguagem como centro das relações, a Linguística Aplicada, numa perspectiva indisciplinar², nos ajuda a entender como questões sociais, culturais, históricas etc. interferem na interação dos aprendizes do campo com a língua estrangeira. Moita Lopes (2006), propondo uma crítica à episteme ocidentalista, aponta para novas formas de compreender o uso da linguagem na contemporaneidade, em um contexto pós-moderno e pós-colonial, com base nas vozes daqueles que foram historicamente colocados à margem, como é o caso dos povos do campo. Desse modo, essas considerações se fazem relevantes ao passo que possibilitam uma compreensão mais descentrada da linguagem na sala.

INTERCULTURALIDADE E RELAÇÕES DE PODER

As discussões acerca da interculturalidade na América Latina surgem como enfrentamento ao colonialismo ocidental e ao pensamento homogêneo de base eurocêntrica presente tanto no âmbito da cultura, como da política e das relações sociais. Walsh (2005), tem levantado essa questão, partindo de uma perspectiva de descolonização do conhecimento, por acreditar que, segundo ela, “estamos à frente de uma concepção única, globalizada e universal do mundo, governada pela primazia total do mercado e da cosmovisão liberal e como parte dela, por uma ordem política, econômica e social, uma ordem também do conhecimento” (WALSH, 2005, p. 41). Nesta linha, Walter Mignolo (2008), outro autor latino-americano, afirma que “uma das realizações da razão imperial foi a de afirmar-se como uma identidade superior ao construir construtos inferiores (raciais, nacionais, religiosos, sexuais, de gênero), e de expeli-los para fora da esfera normativa do ‘real’” (MIGNOLO, 2008, p. 291).

À vista disso, Walsh (2005) destaca como outros conhecimentos foram colocados à margem, focalizando em seus trabalhos os povos indígenas e os negros, mas não deixando de lado outros grupos marginalizados, como os do campo. Neste sentido, a interculturalidade, no entendimento de Walsh (2005),

² Moita Lopes (2011) acredita que a Linguística Aplicada deve ser pensada como indisciplinar por não reconhecer a necessidade de se constituir como uma disciplina, mas como uma área de estudos dentro das ciências sociais que, por meio de conceitos de outras áreas além da linguística teórica, buscam compreender situações de uso da linguagem com base na quebra de paradigmas consagrados.

[...] busca desenvolver uma inter-relação equitativa entre povos, pessoas, conhecimentos e práticas culturalmente diferentes, uma interação que parte do conflito inerente nas assimetrias sociais, econômicas, políticas e do poder. Não se trata simplesmente de reconhecer, descobrir ou tolerar ao outro ou à diferença entre si. Se trata, em vez disso, de promover ativamente processos de intercâmbio que permitam construir espaços de encontro entre seres e saberes, sentidos e práticas distintas (WALSH, 2005, p. 45).

Essa ideia de interculturalidade visa promover de fato uma inclusão que venha a ser concretizada no âmbito social, ao invés de inclusão tão somente aparente, que na prática alimenta a exclusão de povos como, por exemplo, os do campo, colocando-os como meros sujeitos com pensamentos distintos da lógica dos pensadores brancos de base eurocêntrica e propondo um diálogo intercultural apenas com o intuito identificar a diversidade (WALSH, 2005). Desse modo, a interculturalidade entendida por Walsh (2005) questiona as estruturas dominantes “[...] pois busca sua transformação e, ao mesmo tempo, a construção de estruturas, instituições, relações, mas também modos e condições de pensar diferente” (WALSH, 2005, p. 46). Tendo em vista essas estruturas, a autora afirma que “é a subordinação das lógicas e modos de pensamento distintos [...] como ‘saberes’ locais e folclorizados à frente do conhecimento ‘científico e universal’ (leia-se: eurocêntrico) que uma política epistêmica da interculturalidade tenta enfrentar (WALSH, 2005, p. 46-47, grifo da autora). Fazendo um recorte, podemos afirmar que a ideia de interculturalidade, neste sentido, contribui no enfrentamento da subordinação dos modos de pensamento dos sujeitos do campo frente ao ideal urbanocêntrico.

Contudo, a autora acredita que, para que seja possível esse enfrentamento, é preciso um posicionamento político frente a essas relações de poder, do mesmo modo que também é necessário um reconhecimento e um fortalecimento por parte dos povos subjugados acerca do que eles entendem como sendo “próprio”, em meio a suas identidades (WALSH, 2005). Daí a importância das organizações e estruturas que visam a valorização e a manutenção da cultura local, como fazem as cooperativas, associações, sindicatos e outros movimentos sociais, no caso dos povos do campo.

Nesta perspectiva, Mignolo (2008) afirma que “a interculturalidade deve ser entendida no contexto do pensamento e dos projetos descoloniais” (MIGNOLO, 2008, p. 316). O autor confronta o termo “interculturalidade” com “multiculturalismo”, afirmando que este último reforça o ideal norte-americano ao dar visibilidade às culturas, mas haver uma manutenção da epistemologia dominante. No que se refere à ideia de interculturalidade ligada ao pensamento descolonial, o autor aponta que este “se desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento (MIGNOLO, 2008, p. 290). Uma opção descolonial epistêmica seria, neste caso, fugir dos conhecimentos historicamente dominantes e dar margem para aqueles conhecimentos produzidos por aqueles que não estão na posição de prestígio.

UMA LINGUÍSTICA APLICADA COM OUTRAS VOZES EM PAUTA

Para prosseguir com uma discussão no mesmo sentido, que possa colocar em pauta outras vozes, além daquelas dominantes, tomando como base os estudos referentes ao uso da linguagem, é importante destacar aqui a Linguística Aplicada em sua perspectiva indisciplinar, apresentada por Moita Lopes (2006) e debatida por outros autores do campo da LA. O autor defende que haja uma reinvenção das formas de produzir conhecimento, por meio de “alternativas sociais com base nas e com as vozes que estão à margem” (MOITA LOPES, 2006, p. 86). Ele propõe repensar o papel da LA no intuito de tomar como foco identidades estigmatizadas, por meio de uma coligação anti-hegemônica³. Assim como defende Walsh (2005), o autor também ressalta que “a episteme ocidentalista destruiu outras lógicas de vida social e outras formas de produzir conhecimento (MOITA LOPES, 2006, p. 87). O pensamento dominante reinou sobre outros, silenciando-os e colocando-os em posição de descrédito. Desse modo, o autor defende uma LA que critique esses processos de dominação. Segundo ele,

A crítica à episteme ocidentalista pode ser traduzida na preocupação com quem é o sujeito inscrito nela. Aqueles que foram postos à margem em uma ciência que criou outridades com base em um olhar ocidentalista têm passado a lutar para emitir suas vozes como formas igualmente válidas de construir conhecimento e de organizar a vida social, desafiando o chamado conhecimento científico tradicional e sua ignorância em relação às práticas sociais vividas pelas pessoas de carne e osso no dia-a-dia, com seus conhecimentos entendidos como senso comum pela ciência positivista e moderna (MOITA LOPES, 2006, p. 87).

Moita Lopes (2006) também aponta que essa ciência moderna tem sido criticada pelo fato de tomar como base um sujeito homogêneo, de classe média e branco, e, acrescento, urbano. Quando falamos de estudos voltados para a interação de determinados sujeitos com a língua, tal pensamento científico nada nos responde porque não coloca em pauta aqueles que de fato vivenciam a realidade social, em meio às relações de poder e aos diferentes conflitos sociais. É neste sentido que teorias pós-modernistas, pós-coloniais, *queer*, antirracistas, feministas, dentre outras, podem contribuir para uma melhor compreensão da linguagem na sala de aula de LI. Isso se justifica pelo fato de estarmos lidando com diferentes identidades, mesmo em contexto específico como a educação do campo, partindo do pressuposto de que tais identidades são variáveis e que o sujeito possui múltiplas identidades, como aponta Hall (2005). Neste sentido, Lima (2015), afirma que:

A identidade, a rigor, são identidades, múltiplas, complexas, convivendo num contexto de diversidade étnica, racial, de gênero, sexualidade, *regionalidade*. Essas

³ Moita Lopes (2006) defende uma coligação que possa desafiar a hegemonia de um pensamento único, marcado pelo capitalismo ocidental, buscando alternativas em projetos coletivos como outros modos de produzir conhecimento.

dimensões identitárias coexistem numa só pessoa e se estruturam a partir das relações de poder estabelecidas nas práticas sociais (LIMA, 2015, p. 40, grifo meu).

Desse modo, Moita Lopes (2006) faz uma crítica ao fato de ainda se ignorar, dentro do campo da LA, que “[...] professores e alunos têm corpos nos quais suas classes sociais, sexualidades, gênero, etnia etc. são inscritas em posicionamentos discursivos” (MOITA LOPES, 2006, p. 102). Tais identidades de um sujeito que é social e histórico são deixadas de lado, segundo o autor, pela contemplação de um sujeito unicamente racional. A essa racionalidade, nesta perspectiva, poderíamos relacionar o modo como os sujeitos fazem uso da linguagem, mas sem considerar os fatores externos à linguagem em si. Pennycook (2006), nesta linha, afirma que “[...] a ordem social não é somente linguagem, textualidade e semiose, mas é também corpórea, espacial, temporal, institucional, conflitante, marcadas pelas diferenças sexuais, raciais e outras (PENNYCOOK, 2006, p. 83).

Assim, uma LA que possa vir a “transgredir as fronteiras do pensamento e da política tradicionais” (PENNYCOOK, 2006, p. 82) pode nos ajudar a interpretar melhor o contato/confronto dos sujeitos do campo com uma língua estrangeira hegemônica, levando em conta todo o processo histórico que levou a essa hegemonia que parte de um ideal urbanocêntrico e, conseqüentemente, a subjugação desses povos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações apresentadas até aqui foram desenvolvidas no sentido de fazer uma relação entre o conceito de interculturalidade, inicialmente fora do âmbito do ensino de LI, e a Linguística Aplicada numa perspectiva indisciplinar, com o intuito de discutir a relação dos sujeitos/aprendizes do campo com a língua inglesa. Partindo do princípio de que essa relação é demarcada por diferentes relações de poder, discutimos como pôr em foco esses sujeitos ora colocados à margem, possibilitando um olhar diferenciado com base em outras vozes, além daquelas construídas historicamente com base em estruturas de poder.

Portanto, entendo que precisamos do enfrentamento intercultural de Walsh (2005), da opção descolonial de Mignolo (2008), da crítica à episteme ocidentalista na Linguística Aplicada Indisciplinar de Moita Lopes (2006) e da transgressão de Pennycook (2006) para que tenhamos uma pesquisa em LA que venha a possibilitar relações mais igualitárias por meio da e na linguagem.

REFERÊNCIAS:

CORBETT, John. *An Intercultural Approach to English Language Teaching*. Clevedon: Multilingual Matters, 2003.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: Ed. DP&A. 2005.

KRAMSCH, Claire. *Context and culture in language teaching*. Oxford, UK: Oxford University Press, 1993.

LIMA, Maria Nazaré Mota de. *Relações étnico-raciais na escola: O papel das linguagens*. Salvador: EDUNEB, 2015.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. In: *Dossiê literatura, Línguas e Identidades*. Rio de Janeiro: Cadernos de Letras da UFF, 2008.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Linguística aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 85-107.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Da aplicação da Linguística à Linguística Aplicada indisciplinar. In: PEREIRA, R. C. e ROCA, P. *Linguística Aplicada: um caminho com diferentes acessos*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 11-24.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, conocimientos y decolonialidad. *Signo y Pensamiento*, vol. XXIV, núm. 46, enero-junio, 2005, p. 39-50.